



CRIME ORGANIZADO

Carimbo de terrorista

Casa Branca classifica o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital como organizações que propagam o terror, e abre caminho para ações unilaterais de forças de segurança dos EUA. Para Celso Amorim, ato é "pretexto para intervenção"

» RAPHAEL PATI
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo dos Estados Unidos (EUA) decidiu denominar as facções criminosas brasileiras Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como "organizações terroristas estrangeiras". O ato é similar ao adotado pela Casa Branca para classificar quadrilhas ligadas ao narcotráfico no México e na Venezuela como grupos que praticam o terror a nível internacional. A decisão foi emitida por meio de um comunicado assinado pelo secretário de Estado, Marco Rubio, um dos principais nomes do governo do presidente Donald Trump.

"O Comando Vermelho e o PCC são duas das organizações criminosas mais violentas do Brasil. Juntos, eles comandam milhares de integrantes e orquestraram ataques brutais contra policiais brasileiros, autoridades públicas e civis. Sua influência e redes ilícitas se estendem muito além das fronteiras do Brasil, alcançando toda a nossa região e, também, o nosso país", sustenta Rubio, na nota.

O instrumento utilizado pelo governo norte-americano para definir os grupos como terroristas é a Ordem Executiva 13.224 — editada pelo presidente George W. Bush logo após o ataque ao World Trade Center, em setembro de 2001. O objetivo da norma é facilitar a ação dos Estados Unidos para dismantelar grupos terroristas fora das fronteiras do país, mas que geram uma "ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional, à política externa e à economia" dos EUA.

Ainda de acordo com a nota publicada ontem, o Departamento de Estado informou que o governo Trump seguirá utilizando "todas as ferramentas disponíveis" para proteger a nação e os interesses de segurança nacional do país,

"mantendo drogas ilícitas fora de nossas ruas e interrompendo as fontes de receita que financiam narcoterroristas violentos". A medida entra em vigor, oficialmente, em 5 de junho.

Amorim responde

No Brasil, não houve resposta oficial do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o fechamento desta edição. Mesmo assim, o assessor-chefe da Assessoria Especial do presidente, Celso Amorim, comentou sobre a medida no Fórum Internacional de Segurança, em Moscou, na Rússia. Segundo ele, a iniciativa norte-americana pode servir de "pretexto para intervenção" no Brasil, reforçando a preocupação já manifestada pelo próprio Lula e outros membros do governo.

"Segurança pública é um tema fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Crime organizado é um mal que tem que ser combatido. Cooperação internacional é bem-vinda, especialmente em temas como lavagem de dinheiro e contrabando de armas. Pretexto para intervenção é inaceitável", afirmou o secretário.

Assim como Celso Amorim, o ministro Guilherme Boulos, titular da Secretaria-Geral da Presidência da República, manifestou-se em relação à ação dos Estados Unidos de classificar as facções criminosas como terroristas. "Será que os EUA também vão classificar como terrorista a milícia do Rio de Janeiro ligada aos Bolsonaro's?", perguntou o ministro, em alusão a suspeitas de ligação da família do presidente Flávio Bolsonaro, com milicianos na capital fluminense.

No Congresso, a bancada do PT na Câmara divulgou uma nota que acusa os apoiadores de Bolsonaro de desejar "entregar o Brasil a Trump". "A bancada do PT na Câmara denuncia a articulação da extrema-direita sob a condução de Flávio

Alex Brandon/AFP



Em nota oficial, Marco Rubio afirma que os EUA vão usar "todas as ferramentas disponíveis para garantir a segurança do povo americano"

e Eduardo Bolsonaro para estimular os Estados Unidos a classificarem facções criminosas brasileiras como organizações terroristas", diz o comunicado. A nota sustenta ainda que o reconhecimento de que o Brasil abriga grupos terroristas serve de pretexto para que o país seja bloqueado economicamente e, até mesmo, atacado na esfera militar.

Flávio aplaude

Nas redes sociais, a decisão foi comemorada pelo senador e pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (PL-RI). O filho do

ex-presidente Jair Bolsonaro reposou a decisão do governo norte-americano na rede social X e comentou: "Grande dia". Nesta semana, ele esteve com o presidente Trump em reunião no Salão Oval da Casa Branca, justamente para pedir que o governo dos EUA incluisse as duas organizações criminosas na lista de grupos terroristas.

No encontro, Flávio foi acompanhado pelo jornalista e influenciador Paulo Figueiredo e pelo irmão, o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, que também comemorou a decisão anunciada por Rubio. Em vídeo postado nas redes

sociais, ele agradeceu nominalmente a membros do governo norte-americano pela decisão. O filho do ex-presidente Jair Bolsonaro disse que é um "grande dia" para os que "sofrem nas mãos desses bandidos".

"Meu sincero agradecimento ao presidente Donald Trump, bem como ao secretário de Estado, Marco Rubio, e ao vice-presidente, JD Vance", disse Eduardo, em vídeo. Ele também agradeceu ao vice-secretário de Estado, Christopher Landau, e ao encarregado de assuntos internacionais com o Brasil e assessor de Trump, Darren

Beattie. "São pessoas-chave para a administração Trump e contribuíram para que essa decisão fosse tomada", acrescentou.

Ainda no vídeo, divulgado logo após a decisão emitida pelo secretário Rubio, o ex-deputado disse que a medida irá tornar "muito mais difícil" a movimentação financeira dos dois grupos criminosos e que eles poderão ser combatidos "igual Bin Laden era", fazendo referência a Osama Bin Laden, líder e fundador da Al-Qaeda, grupo terrorista saudita, assassinado pelo governo do então presidente Barack Obama, em 2011.

OPERAÇÃO CARBONO OCULTO

Golpe na máfia dos combustíveis

A Operação Carbono Oculto, a maior ação contra o crime organizado no país em termos de amplitude e valores movimentados, ganhou um novo capítulo na manhã de ontem. Agentes da Receita Federal cumpriram uma série de mandados de busca e apreensão em cinco estados após as investigações identificarem novos esquemas de sonegação e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis, que envolviam seis fintechs e uma estrutura de adulteração de diesel e gasolina.

Além do Fisco, também colaboraram com a operação o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a Secretaria da Fazenda e Planejamento do estado, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e as polícias Militar e Civil paulistas.

É a segunda fase da Carbono Oculto que, assim como na primeira vez, apontou o uso de empresas do setor de combustível e fintechs por meio do crime organizado para orquestrar um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro e sonegação. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que a Receita Federal deflagrou a nova fase

da operação — que foi rebatizada de Fluxo Oculto — para combater o financiamento do crime organizado por meio de movimentações financeiras suspeitas.

Segundo o ministro, a ação busca atingir "o andar de cima" das organizações criminosas, mirando o fluxo de recursos que sustenta atividades ilegais, e foi construída a partir de informações obtidas por meio da e-Financeira, declaração utilizada pela Receita Federal para monitoramento de dados financeiros. Ele também afirmou que o compartilhamento dessas informações enfrentou reações "de deputados" e de "influencers da direita", que teriam tentado barrar o acesso aos dados.

A investigação identificou seis fintechs ligadas a um conjunto de operações de organizações criminosas, cujo ponto de partida é a adulteração de combustíveis e a sonegação fiscal na importação de nafta. O rastreamento financeiro revelou, ainda segundo Durigan, uma movimentação de aproximadamente R\$ 1 bilhão em espécie em algumas dessas instituições. "No andar de cima, olhando a parte financeira que abastece e dá oxigênio para o crime organizado", afirmou o ministro ao detalhar a estratégia do governo de enfraquecer financeiramente essas estruturas.

A Receita Federal também

Receita Federal/Divulgação



Carbono Oculto 2 mira lavagem de dinheiro e combustível adulterado

detectou movimentação total de R\$ 26 bilhões nas seis fintechs investigadas ao longo dos últimos anos, volume que, segundo Durigan, acendeu um alerta nos órgãos de inteligência e motivou o aprofundamento das apurações.

De acordo com a Receita Federal, foram cumpridos 59 mandados de busca e apreensão nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Segundo o ministro da Fazenda, 135 servidores e auditores do Fisco foram mobilizados para a ação. "A gente espera avançar no combate ao crime organizado da maneira que importa, da maneira inteligente, que é fazendo a asfixia financeira, identificando as questões que abastecem, de fato, essa engrenagem das organizações criminosas", declarou. (RP com Fernanda Strickland)

CASO HENRY BOREL

Jairinho agrediu filha de namorada

Filha de uma das ex-namoradas do ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho, Kaylane Pereira, de 18 anos, contou em depoimento, ontem, ao Tribunal do júri do caso Henry Borel, que o ex-parlamentar a levava para um motel para agredi-la quando ela tinha entre 5 e 7 anos de idade.

"A gente ia no que eu acredito que era um motel. A gente entrava de carro. Lá, ele me dava socos na cabeça. Apertava meu braço muito forte. Teve um dia que fomos para um quarto que tinha uma piscina. Ele ficava me afundando. Me soltava e me afundava de novo. As outras situações eram de me dar 'moca' (socos na cabeça), apertar meu braço", contou a jovem.

Kaylane é filha de Natasha de Oliveira Machado, também testemunha do caso, namorada de Jairinho, Kaylane afirmou que não. As agressões ocorriam, segundo a jovem, sempre que os dois estavam sozinhos, sem a presença da mãe. "Ele falava que se eu fiasse para minha mãe, ela ia ficar muito triste, que ela ia terminar com ele e a culpa ia ser minha. Eu nunca contei. Só fui contar quando eles terminaram, três anos depois. Ele falava que se eu não existisse a vida

Reprodução/Rede Sociais



Henry Borel tinha 4 anos quando foi morto em março de 2021

dele e da minha mãe seria muito melhor", contou.

Na quarta-feira, o psiquiatra Rafael Bernardon, uma das testemunhas de acusação no júri sobre a morte de Henry, em 2021, afirmou que o ex-vereador apresenta um padrão de provocar dor em crianças. "Há um padrão de abuso infantil por parte do réu, um padrão de prazer em infligir dor em crianças", disse o psiquiatra.